

**MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ABORDAGEM
TEÓRICO-METODOLÓGICA SOBRE IGUALDADE DE GÊNERO**

Autora: Cíntia Verza Amarante

Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista UNESP- Assis

cintia_amarante@hotmail.com

A década de 1970 é marcada pela ação das Nações Unidas acerca da cooperação internacional para o enfrentamento de problemas sociais comuns aos países membros. A temática do meio ambiente e desenvolvimento ganha destaque na Conferência de Estocolmo, em 1972 e, poucos anos depois, o público feminino ganha espaço exclusivo na discussão sobre a condição das mulheres nas sociedades pela ONU. A Primeira Conferência Mundial Sobre a Mulher acontece no México, em 1975¹, e traça o que chama-se de um início da “consciência sobre a gravidade da condição feminina” pelas Nações Unidas. (Saffioti, 1995, p.198) A segunda Conferência ocorre cinco anos após e, desta vez, o foco dos debates cercam sobre as políticas públicas para mulheres e, em 1985, a cidade de Nairóbi é sede da Terceira Conferência.

O período vivido pelo Brasil no momento da terceira conferência é sensível devido o processo de redemocratização do país e, por isso, Heleieth Saffioti aponta ser o evento um primeiro passo para a criação das políticas públicas voltadas para as mulheres em território nacional. (Saffioti, 1995, p.198-99) A autora afirma ainda que as ações afirmativas voltadas para as mulheres no Brasil eram elaboradas de acordo com as demandas advindas das convenções. A criação dos Conselhos de São Paulo e Minas gerais, em 1983, são exemplos de medidas tomadas pelo governo brasileiro a fim de apresentar à comunidade internacional as ações internas para melhorar a qualidade de vida das mulheres. Contudo, somente com a criação dos conselhos, o Brasil chega à Nairóbi sem grandes inovações em comparação aos outros países. (Saffioti, 1995, p.199).

¹ Ano Internacional da Mulher tendo a ONU instituído a Década da Mulher.

Da mesma forma como nas Conferências sobre meio ambiente e desenvolvimento, a participação brasileira nos encontros sobre a mulher tem avanço gradativo. A presença de diferentes setores da sociedade como os movimentos feministas e as Organizações Não Governamentais foi fundamental para melhorar a abordagem do Brasil nas ações para as conferências seguintes, bem como na criação de políticas públicas para mulheres. Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), sediada na cidade do Rio de Janeiro, coloca em destaque os debates sobre os impactos do desenvolvimento no meio ambiente nas pautas de lideranças mundiais, da sociedade civil e de organizações não governamentais. Os resultados gerados na Rio 92 também são fruto da presença dessas camadas sociais por meio de contribuições e problemáticas vividas por elas diretamente. Dessa forma, as questões sociais, dentre elas, a condição desfavorável vivida pelas mulheres geram resultados de importância singular.

Durante a Rio 92, duas organizações brasileiras tiveram destaque ao propor um olhar feminino sobre as discussões presentes no fórum e da mobilização das mulheres sobre a questão do meio ambiente: a Rede de Defesa da Espécie Humana (REDEH) e a Rede Mulher de Educação (RME). A REDEH foi criada no ano de 1987, no Rio de Janeiro e suas práticas, a partir da Conferência, “foram no sentido de trabalhar com instâncias locais de discussão, como os Conselhos Municipais da Condição Feminina, onde eram prestadas assessorias para procurar formas de colocar em prática a Agenda 21”. (Siliprandi, 2000) Segunda Emma Siliprandi:

A REDEH mantém também trabalhos de capacitação para grupos de mulheres (sobre conhecimento do corpo, saúde, direitos reprodutivos, sexuais, esterilização, aborto) e realiza programas de rádio (Natureza Mulher, na Rádio Nacional da Amazônia, entre outros) que abordam a condição feminina e a interação entre meio ambiente, trabalho e a saúde das mulheres. (Siliprandi, p.68)

A Agenda 21 foi um dos documentos formulados na Conferência do Rio de Janeiro cujo objetivo é de estabelecer parâmetros a serem seguidos pelos países na busca do desenvolvimento sustentável para o século XXI. O documento tem influência

significativa nas ações dos países na medida em que a Agenda 21 Global serve como base para a construção das Agendas 21 locais, em outras palavras, para a criação de indicadores para cada país considerando suas respectivas especificidades com a participação dos cidadãos. Além disso, a Agenda 21 surge como guia na criação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, no ano de 2000 e, posteriormente, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2015.

A elaboração do relatório brasileiro, ou seja, da Agenda 21 brasileira, tem início no ano de 1996 e sua finalização em 2002, contando com a participação, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, de cerca de 40 mil pessoas. No que diz respeito às mulheres, as diretrizes do documento aparecem com um guia importante para a “compreensão dos conceitos de cidadania”, assinalando a condição das mulheres dentro dessa categoria. Do mesmo modo, deve ser destacado, assim, como um instrumento fundamental para a criação de políticas públicas que visem a igualdade de gênero².

As dimensões que norteiam o desenvolvimento humano presente no documento contam com o “respeito aos padrões culturais e busca da equidade social” incluindo, nessa última, a “equidade racial e de gênero, construída com a participação popular”. (Agenda 21 brasileira, p.34-35). Ao adentrar na temática das desigualdades sociais, o documento aponta ter a atenção voltada, principalmente, às mulheres, aos jovens e aos idosos, sendo esses grupos os mais atingidos pelas desvantagens sociais.

A RME, por sua vez, criada em 1983 na cidade de São Paulo, defende “a necessidade dos grupos de mulheres influenciarem as políticas, buscar parcerias para poder implementar as Plataformas de Ação das Conferências Internacionais e, no caso do meio ambiente, a Agenda 21 das mulheres”. (Siliprandi, 2000) Do mesmo modo que a REDEH, a RME busca uma atuação local e tem como público alvo:

Principalmente mulheres pobres, trabalhadoras rurais e movimentos populares com os quais desenvolve atividades de capacitação, assessoria, pesquisa e comunicação (produção de materiais como cartilhas, vídeo etc).

² Consideração do Ministério do Meio Ambiente sobre a Agenda 21 brasileira.

Seus temas de trabalho quanto à problemática agrícola/rural têm sido: impactos sobre os agrotóxicos sobre o meio ambiente e sobre a saúde das mulheres; educação ambiental; produção alternativa de alimentos; formação de lideranças; geração de renda para mulheres. (Siliprandi, p.68)

Ambas as instituições tiveram importância para a inserção das questões que se referem à mulher tanto nos debates da Conferência como no conteúdo do documento elaborado no Fórum.

A Conferência do Rio de Janeiro e a elaboração da Agenda 21 colocaram em cheque os desafios previstos para o próximo século e assinalou a importância da questão da mulher na sociedade proporcionando a abertura ainda maior para a temática como ocorreu no Brasil, em 1994, vésperas da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Diversos seminários chefiados por mulheres foram realizados a fim de ouvir as demandas da sociedade sobre essa questão. Desses eventos, culminou o relatório elaborado pelo Comitê Nacional para a participação do Brasil na IV Conferência, no entanto, sobre o documento, Saffioti considera não contemplar as reivindicações, sobretudo, dos movimentos feministas muito ativos no momento. Não obstante, a própria criação do Comitê e os espaços de discussões chefiados por mulheres, para a autora, podem ser considerados um avanço para o período. (Saffioti, 1995, p. 202)

A IV Conferência na cidade de Pequim, em 1995, tem como tema central “Ação para Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”. Nela, o conceito de gênero é definido para a agenda internacional e tem como grande transformação o “reconhecimento da necessidade de mudar o foco da mulher para o conceito de gênero, reconhecendo que toda a estrutura da sociedade, e todas as relações entre homens e mulheres dentro dela, tiveram que ser reavaliados.”³. Nesta Conferência, são definidas doze áreas de preocupação dos direitos das mulheres, sendo elas: Mulheres e pobreza; Educação e capacitação de mulheres; Mulheres e Saúde; Violência contra a Mulher; Mulheres e Conflitos Armados; Mulheres e Economia; Mulheres no Poder e na Liderança;

³ Consideração da Organização das Nações Unidas sobre a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, em Pequim.

Mecanismos institucionais para o avanço das Mulheres; Direitos Humanos das Mulheres; Mulheres e a Mídia; Mulheres e Meio Ambiente e Direito das Meninas.

Atualmente, a Organização das Nações Unidas assume protagonismo nas estratégias de cooperação entre países para a diminuição das atitudes nocivas à qualidade de vida das pessoas, principalmente nos países emergentes. Uma das ações desse processo são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos com o propósito de criação de uma agenda com metas específicas aos países-membros da ONU visando o desenvolvimento sustentável. Os ODS, criados em 2015, são compostos por 17 metas que abordam todas as esferas do desenvolvimento: econômico, ambiental, político e social, tendo seu prazo limite para o ano de 2030.

Os avanços proporcionados pela trajetória de discussões acerca da condição da mulher, garante espaço a esse público na nova Agenda aplicado dentro do objetivo número cinco dos ODS nomeado “Igualdade de Gênero”. A quinta meta é definida pelas Nações Unidas como sendo “transversal à toda a Agenda 2030”, pois atribui a equidade entre homens e mulheres como fundamental para o desenvolvimento sustentável na medida em que compreende o desenvolvimento diretamente relacionado com a participação das mulheres nesse processo. No caso brasileiro, o gênero feminino é predominante na sociedade reforçando ainda mais a importância da igualdade nas relações sociais, nas questões de gênero e de trabalho, contudo, ao se pensar na participação das mulheres, os números são outros.

A liberdade da mulher e o desenvolvimento de capacidades

A trajetória das políticas públicas de inclusão da mulher e seus resultados modificaram o cenário da participação por gênero no desenvolvimento. Contudo, a definição do que pode ser considerado desenvolvimento e os meios de estar inseridos nesse processo são passíveis de discussão. O economista indiano Amartya Sen aborda a temática do desenvolvimento considerando ser a liberdade dos indivíduos o seu caminho. Desse modo, o autor defende que o desenvolvimento trata-se de uma proporcionar o direito de escolhas próprias dos indivíduos. (Sen, 2000, p.29) e,

determina, a liberdade individual como um comprometimento social no qual toda a sociedade tem participação direta na garantia do direito de escolher.

Sendo assim, decifrar em quais lugares as mulheres estão presentes levanta diferentes questões sociais que atingem o conceito de liberdade individual, negada por tanto tempo a elas. A liberdade individual feminina é pauta primordial na luta dos movimentos feministas desde seu início e a oportunidade de renda própria e de independência econômica é um dos fatores que possibilitam essa condição. O alto grau de importância dessa liberdade aparece na medida em que a mesma significa prover a sobrevivência do indivíduo em suprir suas necessidades básicas além do direito de exercer sua cidadania e de uma vida digna.

A promoção dessa oportunidade por meio da inserção no mercado de trabalho pode vir a ser expressiva, pois, de acordo com Sen “a privação da liberdade econômica, na forma de pobreza extrema, pode tornar a pessoa uma presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade”. O que o autor considerava como tipos de liberdade são: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora. (Sen, 2000, p.23) As cinco liberdades englobam a todos os indivíduos que compõem a sociedade, mas ganham caráter mais complexo e sensível ao tratar-se do público feminino devido os índices de privação mais elevados. O que se conceitua de liberdade, o autor aponta como sendo o processo que permite a tomada de decisões e as “oportunidades reais” no qual os indivíduos têm de acordo com seu contexto pessoal e social. (Sen, 2000, p.31)

Sendo assim, o autor indica a liberdade dos indivíduos “elemento constitutivo básico” do processo de desenvolvimento e, para tal, deve-se atentar para a “expansão das capacidades”, pois são as capacidades que oferecem aos indivíduos a oportunidade de viver a vida que escolheram para si. (Sen, 2000, p.32) Desse modo, dialogar as ideias de Amartya Sen com o conceito de desenvolvimento de capacidades apresentado pelos autores Carlos Lopes e Thomas Theinsohn na obra “*Desenvolvimento para céticos: como melhorar o desenvolvimento de capacidades*” enriquece ainda mais a discussão

sobre o desenvolvimento na medida em que o meio que apresenta um é o fim de que procura outro.

De acordo com os autores “desenvolvimento de capacidades é a habilidade das pessoas, das instituições e das sociedades para desempenhar funções, resolver problemas e estabelecer e alcançar objetivos”. (LOPES; THEISOHN, 2006, p.01) Ou seja, trata-se de um método que visa melhorar a vida das pessoas. As liberdades individuais invocadas por Sen podem ser vistas no primeiro nível do desenvolvimento apresentado pelos autores. O ponto chave das ideias tanto por Sen quanto por Lopes e Theinsohn, é considerar a possibilidade de os grupos estudados assumirem seus próprios desafios de desenvolvimento e escolherem seus destinos.

Essa abordagem metodológica apresentada por Carlos Lopes e Thomas Theisohn mostra como a cooperação é essencial para melhorar o desenvolvimento de capacidades. Os investimentos sejam eles de qualquer natureza que busquem desenvolver as capacidades de determinado grupo deve garantir o protagonismo nas escolhas dos indivíduos. Nesse caso, “as mulheres são vistas, cada vez mais, tanto pelos homens quanto por elas mesmas, como agentes ativos de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens”. (Sen, 2000, p.220-21) Desse modo, estabelecer essas diretrizes nas análises sobre o desenvolvimento sustentável bem como das ações sobre a Agenda 2030 favorece os grupos menos ouvidos.

O grau de capacidade no qual cada indivíduo se encontra gera opções de escolha como emprego e padrão de vida e, assim, as liberdades são expandidas (SEN, 2010). Nesse sentido, os profissionais que exercem seus ofícios dispõem de habilidades que em determinado momento foram desenvolvidas ao mesmo tempo em que novas habilidades podem ser desenvolvidas dentro do ofício. Desse modo, a seguir, apresentar-se-á os números que se referem às mulheres ativas no mercado de trabalho buscando discutir as problemáticas oriundas da ausência de liberdade econômica.

Mulheres no mercado de trabalho

A meta número cinco dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável busca alcançar a igualdade de gênero através do empoderamento de mulheres e meninas. A estratégia 5.5 dos ODS refere-se a “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública”. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2009, o número de mulheres superava o de homens no Brasil. Contudo, as porcentagens se invertem quando se analisa sob a ótica da população ocupada⁴ e economicamente ativa.

Os dados mostram que nesse mesmo ano, a força de trabalho feminina era de 10,6 milhões, sendo 1,1 milhão de mulheres desocupadas. A maioria das mulheres ocupadas está com idades entre 25 e 29 anos, no caso das mulheres acima de 50 anos a inversão permanece: no mesmo período, o número de mulheres acima de 50 anos é maior que o de homens (30,2% para 26,1%), mas na população ocupada eles são maioria (21,5% para 19,7%).

A cidade de Assis, interior de São Paulo, corresponde ao município no qual as mulheres desse estudo se encontram. Nessa região, a população urbana total era de 90.991 habitantes em 2010, as mulheres respondiam a 47.601 (no Brasil no mesmo ano, os números são de 160.934.649 e 83.218.972, respectivamente). A população feminina ativa na cidade, por idade, está discriminada na tabela abaixo:

Tabela 1: Mulheres economicamente ativas em Assis, 2010.

IDADE	POPULAÇÃO ATIVA	POPULAÇÃO OCUPADA
16 anos ou mais	22.545	20.600
30 a 49 anos	11.128	10.566
50 a 59 anos	3.131	3.022

Fonte: Estatísticas de Gênero IBGE

As problemáticas que envolvem o desemprego no Brasil são diversas e sua estrutura pode ser compreendida numa análise por sexo, idade, nível de escolaridade,

⁴ De acordo com a metodologia do IBGE, pessoa ocupada é aquela que exerce atividade profissional, formal ou informal, remunerado ou não remunerada.

entre outras condições. A relação do desemprego com a pobreza, para muitos autores, é um fator determinante, principalmente quando atingido em alguns tipos de grupos. Segundo Ricardo Barros, José Marcio Camargo e Rosane Mendonça:

[...] caso o desemprego estiver concentrado nos grupos com menores chances de serem pobres (por exemplo, trabalhadores com maior nível educacional) ou entre os trabalhadores cujo rendimento tem pouco impacto sobre o orçamento da família (por exemplo, trabalhadores jovens), o seu impacto sobre a pobreza e a desigualdade seria muito menor do que se estivesse concentrado entre os trabalhadores com maiores riscos de serem pobres [...] (Barros; Camargo; Mendonça, p.4)

Mulheres, principalmente mães, estão mais suscetíveis a estar nos grupos com maiores chances de serem pobres devido a vulnerabilidade sobre as situações às quais elas vivem (Freitas, 2010). Os diversos fatores que afetam a vida das mulheres como a violência e o trabalho domésticos, a divisão sexual do trabalho, os comportamentos e o papel de mãe dificultam as chances de sobrevivência das mesmas. (Freitas, 2010, p.891-893)

Como já dito acima, a Organização das Nações Unidas apresenta a meta número cinco como transversal à toda a agenda, avaliando os demais objetivos como caminhos para a igualdade de gênero. Um dos caminhos para o empoderamento das mulheres se faz por meio da independência econômica garantido pela inserção dessas no mercado de trabalho. Um exemplo da transversalidade se mostra a partir do Objetivo 8 dos ODS intitulado “Trabalho Decente e Crescimento Econômico”. A estratégia 8.5 dos ODS refere-se “*Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor*”.

Através dessa análise é possível acompanhar as relações que faz a questão feminina dentro da Agenda para o desenvolvimento sustentável como um todo, nesse caso, utilizando como exemplo a condição desfavorável das mulheres no mercado de trabalho. Garantir trabalho decente e crescimento econômico aos cidadãos é

proporcionar esses direitos também às mulheres, mas, sobretudo, é preciso acompanhar as adversidades que atingem as questões de gênero.

Considerações Finais

As dificuldades que afetam a vida das mulheres na sociedade são de diferentes naturezas e causam diferentes danos. A busca pela igualdade de gênero é um processo no qual demanda a ação constante de diversos setores para minimizar as desvantagens que há tanto tempo atingem esse grupo social. A criação de uma agenda específica com metas definidas internacionalmente que visem o bem estar, o desenvolvimento e que reconheça o papel da mulher na sociedade é fundamental para que os comportamentos sejam, enfim, alterados.

Os debates sobre a condição da mulher proporcionados pelas Conferências mundiais e a participação ativa de movimentos sociais – dentre eles o papel importante das organizações não governamentais - trouxeram avanços ao possibilitar o reconhecimento da condição de agente de mudança das mulheres. A pressão social e internacional obrigam os países a elaborar novas abordagens para proteger a vida das mulheres. Nas palavras de Amartya Sen “as vidas que as mulheres salvam por meio de uma condição de agente mais poderosa certamente incluem as suas próprias”. (Sen, 2000, p. 225)

As medidas de geração de emprego e crescimento econômico devem incluir os indicadores de gênero em suas abordagens, de modo que a promoção de empregos, bem como o desenvolvimento das capacidades profissionais e educacionais, aconteça de maneira equitativa. Portanto, torna-se indispensável refletir o desenvolvimento sustentável e o bem estar das mulheres como condições indissociáveis.

Referências

BARROS, Ricardo Paes de; CAMARGO, José Márcio; MENDONÇA, Rosane. A estrutura do desemprego no Brasil. 1997.

DO LAGO, André Aranha Corrêa. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e a três conferências ambientais das Nações Unidas**. Thesaurus Editora, 2007.

DUARTE, Lílian Cristina Burlamaqui. **Política externa e meio ambiente**. Zahar, 2003.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. A construção de uma agenda para as questões de gênero, desastres socioambientais e desenvolvimento. **Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 889, 2010.

LOPES, Carlos; THEISOHN, Thomas. Desenvolvimento para cétricos: como melhorar o desenvolvimento de capacidades. **São Paulo: Unesp**, 2006.

LOPES, Carlos. Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio. **SciELO-Editora UNESP**, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. Enfim Sós Brasil rumo a Pequim. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 1, p. 198, 1995.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 1, p. 61-71, 2000

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das Letras, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Estatísticas de Gênero**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,350400&cat=-1,2,-2,40,60,8,128,129&ind=4711>> acesso em 02 de julho de 2019

Ministério do Meio Ambiente, **Agenda 21 brasileira**. Disponível em <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>> acesso em 25 de junho de 2019.

ONU Mulheres Brasil, **Conferências Mundiais da Mulher**. Disponível em <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>> acesso em 25 de junho de 2019.